

# EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER) NAS REPRESENTAÇÕES DE DOCENTES DA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (ALTAMIRA/PA)

*Data de aceite: 03/07/2023*

### **Laíne Rocha Moreira**

Doutoranda em Educação (ULBRA/Canoas); Mestre em Educação (UEPA); Professora Assistente do Curso de Educação Física, Universidade do Estado do Pará, Campus IX Altamira

### **Maria Angélica Zubaran**

Doutorado em História, Stony Brook, USA. Professora Adjunta do PPGEDU/Ulbra Canoas/RS, Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) - Campus Canoas

**RESUMO:** Trata-se de um recorte de uma pesquisa de doutorado, que pretende analisar as representações mais recorrentes nas narrativas de docentes da disciplina de Educação Física sobre as identidades étnico-raciais, de gênero e de sexualidade de seus alunos, em escolas de ensino fundamental da rede pública do município de Altamira/PA. A relevância desta pesquisa deve-se a urgência da análise acerca da representação do corpo negro nas aulas de Educação Física, marcados pela supremacia da branquitude e por estereótipos étnico-raciais. Neste artigo busca-se refletir sobre a articulação teórica entre Estudos Culturais e a Educação das Relações

Étnico Raciais (ERER), particularmente os conceitos de representação, identidade, diferença e interseccionalidade, de modo a problematizar representações essencialistas e homogêneas de identidades discentes e contribuir para ampliar as possibilidades de reflexões sobre a ERER na escola básica. Pretende-se abrir espaços para a valorização da diversidade cultural dos discentes da rede pública e para a emergência de outras formas de ensinar Educação Física.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudos Culturais. Educação da Relações Étnico-Raciais. Interseccionalidade. Identidade. Diferença.

## **INTRODUÇÃO**

A temática da Educação das Relações Étnico Raciais tem conquistado cada vez maior importância no debate sobre educação e políticas públicas. Para a professora Nilma Nilo Gomes (2017), o corpo negro assumiu lugar de destaque nas pesquisas sobre Educação das Relações Étnico Raciais (ERER). A autora salienta que se o corpo negro nos fala de processos reguladores e de opressões,

também pode narrar contestação e resistência ao racismo estrutural.

Gomes (2017, p. 95) sublinha que: “o corpo negro nos conta uma história de resistência construída de denúncia, proposição, intervenção, revalorização”, contexto de expressão identitária, espaço de transgressão e de resistência ao racismo. Nesse sentido, coloca-se em evidência a produção de conceitos que permitem outros modos de pensar o racismo a partir da articulação em torno dos Estudos Culturais e da interseccionalidade de raça, gênero e sexualidade e dos significados atribuídos ao negro na sociedade contemporânea. Tais articulações contemplam uma multiplicidade de temas e questões frequentemente silenciadas, e tratadas de forma secundária pelas entidades educacionais, políticas e sociais, particularmente as tensões e relações de poder em torno da supremacia da branquitude na educação básica.

Wortmann, Santos e Ripoll (2019) ao fazerem um balanço sobre a produtividade acadêmica dos Estudos Culturais no Brasil destacam articulações importantes entre pesquisas de vários campos de conhecimento pautados em uma teoria crítica atrelando discussões com à cultura, cujas análises das políticas de representação e identidade abordam questões de desigualdades sociais relacionadas à raça, etnia, gênero, sexualidade, entre outros.

Zubaran, Wortmann e Kirchof (2016) ao fazerem um levantamento sobre as contribuições teóricas de Stuart Hall<sup>1</sup> e as questões étnico-raciais no Brasil, apresentam uma discussão sobre a articulação entre os conceitos de cultura, representação e identidade baseados em análises em torno do circuito da cultura - um modelo analítico que abrange desde a produção até a representação dos significados culturais, a constituição das identidades, o consumo e a regulação da vida na modernidade. Os autores destacam que “dentre os conceitos envolvidos no circuito da cultura, a representação e a identidade têm sido utilizadas com frequência e de forma muito produtiva nas discussões sobre questões étnico-raciais” (p.17).

Portanto, busca-se neste estudo, problematizar as articulações entre os conceitos de representação, identidade, diferença e a interseccionalidade de classe, raça, gênero e sexualidade de forma a abrir espaços para ambivalências, nuances e deslizamentos de significados sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais e a incentivar a reflexão sobre outras formas de narrar o Outro, que contemplem o direito às diferenças étnico-raciais, de gênero e de sexualidade e a riqueza e diversidade cultural. Ademais, busca-se articular os estudos sobre a EREER com os conceitos de representação, identidade, diferença e interseccionalidade ao campo teórico dos Estudos Culturais, contribuindo assim para ampliar possibilidades de análise das EREER.

Nesse sentido, o texto traz uma discussão teórica sucinta acerca dos conceitos analíticos de representação cultural, identidade e diferença e interseccionalidade,

---

<sup>1</sup> Teórico cultural negro e sociólogo britânico-jamaicano, reconhecido por alastrar o escopo dos Estudos Culturais atreladas às questões de raça e gênero.

trabalhados em uma pesquisa de doutorado que trata sobre “Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nas Representações de Docentes da Rede Pública de Educação Física (Altamira/Pa)”, com base nos estudos de Hall (2016), bell hooks (2019), Silva (2014), Assis (2019) e Woodward (2014).

## **ARTICULANDO REPRESENTAÇÕES CULTURAIS, IDENTIDADE E DIFERENÇA**

A partir das teorizações de Hall (2016, p. 31), o conceito de representação “passou a ocupar um novo e importante lugar no estudo da cultura”, afinal, a “representação conecta o sentido e a linguagem à cultura”. O autor destaca a relação entre representação e significados, pois para ele “representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre membros de uma cultura”.

Neste sentido, representar envolve o uso de signos e imagens que significam ou representam objetos. Representar significa simbolizar algum objeto, dar sentido as coisas, por isso representação diz respeito a produção de sentido pela linguagem, pois esta é usada para representar o mundo. Nas palavras de Hall (2016, p. 37): “representação refere-se ao termo geral que usamos nas palavras, sons ou imagens que carregam sentido”. Na concepção do autor “é a conexão entre conceitos e linguagem que permite nos referirmos ao mundo “real” dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios” (HALL, 2016, p. 34).

Sobre o conceito de representação, bell hooks (2019), professora, teórica feminista e ativista antirracista tece reflexões de como as pessoas negras vem compartilhando conhecimentos sobre branquitude a partir de uma observação atenta das pessoas brancas, com o objetivo de ajudar as pessoas negras a lidar e sobreviver em uma sociedade supremacista branca. Na óptica da representação da branquitude na imaginação negra, hooks (2019, p, 299) destaca o mito da “homogeneidade” e considera que:

Numa sociedade supremacista branca, as pessoas brancas podem imaginar “seguramente” que são invisíveis para as pessoas negras, uma vez que o poder que garantiram historicamente – e que até hoje estabelecem coletivamente sobre as pessoas negras – concedeu-lhe o direito de controlar o olhar negro.

Na visão da autora, as “pessoas brancas racistas, acham fácil imaginar que as pessoas negras não podem vê-las, dentro do seu desejo, não querem ser vistos pelo Outro de pele escura”. Assim, como marca da opressão, pessoas negras deveriam ser invisíveis para não aparecer ser melhores, ser menos ameaçadores aos olhos dos brancos. Acrescenta hooks (2019, p. 299-300):

Uma estratégia do terror e desumanização da supremacia branca durante a escravidão estava centrada no controle branco sobre o olhar negro. [...] Reduzidas ao maquinário corporal do trabalho braçal, pessoas negras aprenderam a aparecer diante dos brancos como se fossem zumbis, cultivando o hábito de voltar seu olhar para baixo, para não aparecerem

tão presunçosos. Olhar diretamente era uma afirmação de subjetividade, igualdade. A segurança residia numa falsa invisibilidade.

Para hooks (2019), algumas pessoas brancas podem até imaginar que não existe representação da branquitude na imaginação das pessoas negras, mas ela existe e está pautada principalmente em estereótipos que os brancos constroem a respeito da negritude, quando atribuem ao corpo negro representações ameaçadoras.

Portanto, a representação da branquitude no olhar do negro apresenta-se sob forma de imposição, diante a maneira como a branquitude fez sua presença ser sentida na vida negra, como um poder que fere, magoa e que rompe com a fantasia da branquitude como representação de bondade. Neste perspectiva, pode-se afirmar que a representação atua simbolicamente (HALL, 1997) e está ligada às relações de poder (SILVA, 2014). Para Woodward (2014, p. 17-18):

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos [...]. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. [...] A representação compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? Quem poderia ser? Quem eu poderia eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.

Nas palavras da autora, “esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar” (p. 18) e que “a produção das identidades que são posicionadas nos (e pelos) sistemas de representação estão estreitamente vinculadas” (p. 18). Também Silva salienta que a “representação é, como qualquer sistema de significação, uma forma de atribuição de sentido, um sistema linguístico e cultural, arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2008, p. 91).

Silva (2014) acrescenta que “é por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder”, visto que, “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso, que representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre identidade” (p. 91). O autor adverte que “questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação”. Desta forma, “no centro da crítica da identidade e da diferença está uma crítica das suas formas de representação” (HALL, 2014, p. 91).

Nessa perspectiva, Hall (2014) chama atenção para a necessidade dos sistemas educacionais oferecem oportunidades para que os alunos possam desenvolver capacidades críticas aos sistemas e formas dominantes de representar a identidade e a diferença, no sentido que questionarem as relações de poder atribuídas aos subalternos por grupos privilegiados. Assim, questionar a identidade significa questionar as relações

de representação e poder que lhe dão sustentação. Por isso, cabe, na crítica sobre a construção da identidade, a crítica sobre as formas de representação.

A identidade é construída e (re) construída constantemente, assim como os significados que são atribuídos às práticas e aos sujeitos, dentro de sistemas simbólicos diversos, expressos por diferentes maneiras de se comunicar, expressar, falar, vestir, sentir, ser e estar na sociedade. As identidades, para Woodward (2014), “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (p.8). Também Silva (2008, p. 96) discute também o conceito de identidade na perspectiva dos Estudos Culturais e afirma:

A identidade não é fixa, estável coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a sistemas de representação.

Woodward (2014, p. 14) acrescenta que a “diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades”, de modo que “a marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais”.

Acerca da diferença, Woodward (2014, p. 40), destaca que “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social”. A autora considera ainda, que “a identidade, pois não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença” (p. 40). Na concepção da autora, nas relações sociais, as formas de diferença, tanto a simbólica quanto a social são determinadas, e, grande parte por meio de sistemas classificatórios, que dividi grupos entre nós e eles, eu e o outro, sagradas e profanas. Assim, as relações sociais produzem e reproduzem por meio de símbolos que classificam as coisas e os grupos.

Woodward (2014, p. 17), chama atenção para a importância de se “examinar a forma como as identidades são formadas e os processos que estão aí envolvidos. Implica também perguntar em que medida as identidades são fixas ou, de forma alternativa, fluidas e cambiantes”. Acrescenta que “a ênfase na representação e o papel-chave da cultura na produção dos significados que permeiam todas as relações sociais levam, assim, a uma preocupação com a identificação” (p. 18). Além disso, a autora destaca que “o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade”. Nesta perspectiva, as discussões sobre a identidade do corpo negro se tornam pertinentes, com o intuito de refletir acerca das representações étnico-raciais sobre o “outro” negro, classificado inúmeras vezes como

diferente nas relações sociais e textos culturais.

Com base nas teorizações apresentadas sob as lentes dos Estudos Culturais, se faz necessário ampliar as análises considerando-se as múltiplas categorias implicadas na construção das identidades no sentido de problematizar os significados atribuídos aos negros (as) na escola. Cabe então compreender como operam as disputas de poder estabelecidas nas relações étnico-raciais e os significados relacionados à formação da identidade de sujeitos afro-brasileiros. Neste sentido, discute-se a seguir o conceito de interseccionalidade e suas implicações:

## **INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA**

Ao adentrar as discussões que envolvem as questões étnico-raciais, observa-se que é fundamental refletirmos sobre o conceito de interseccionalidade para melhor compreendermos o racismo na sociedade brasileira, considerando as sobreposições de classe, raça, gênero e sexualidade que atuam particularmente sobre a vida de mulheres negras.

O termo foi usado inicialmente pela intelectual e feminista negra afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw<sup>2</sup> e logo conquistou notoriedade acadêmica. Segundo Kimberlé Crenshaw “a interseccionalidade permite-nos enxergar a interação simultânea das avenidas identitárias” para pensar um “sistema de opressão interligado” (p. 15).

Já na perspectiva da estadunidense Patrícia Hill Collins (2010 p.21), considerada, ao lado de bell hooks e Angela Davis, como uma das mais influentes pesquisadoras do feminismo negro nos Estados Unidos, a interseccionalidade é um “sistema de opressão interligado”. O termo permite compreender como marcadores sociais relacionados à classe, sexualidade, raça e gênero, tecem, ao mesmo tempo, confluências com determinadas maneiras de marcar o Outro. Deste modo, a categoria raça passa a ser pensada na intersecção com outros marcadores sociais, de modo especial aqueles que atravessam as categorias de classe e gênero. Negar a confluência destas diferenças abre dificuldade a compreensão mais ampla e profunda do racismo e das desigualdades na sociedade brasileira.

No Brasil, Carla Akotirene (2019) argumenta que o conceito de interseccionalidade revela “uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais não eram observadas pelo feminismo branco e pelo movimento negro, a rigor, focado nos homens negros”. Para Akotirene, o conceito de interseccionalidade (2019, p. 14):

Visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural

---

2 O termo foi inaugurado Kimberlé Crenshaw em artigo publicado em 1989, Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas<sup>6</sup>. Em 1991, a autora reaplicou o conceito no texto Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres de cor, ao discutir e descrever sobre a localização interseccional das mulheres negras e sua marginalização estrutural (ASSIS, 2019, p. 19).

do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

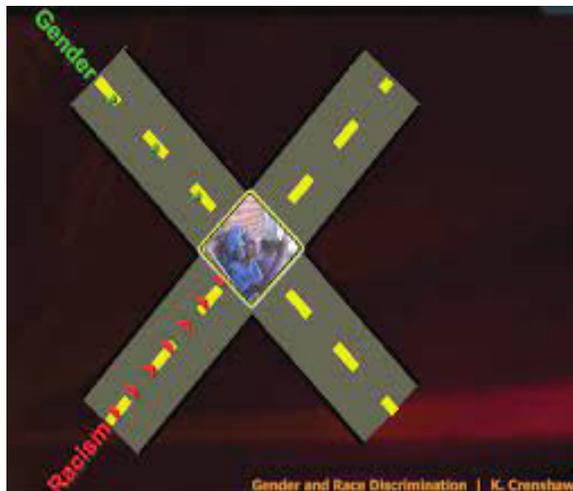
Na atualidade, reconhecemos o papel dos feminismos negros, os quais têm ganhado notoriedade nas discussões acadêmicas, como movimento social que tem contribuído para pensar as diferenças em relação as discussões sobre diversos marcadores sociais tais como: raça, gênero, classe, identidade e sexualidade.

Para Assis (2019), ao contextualizar o feminismo negro, “a interseccionalidade é uma das ferramentas teórico-metodológicas possíveis para entender as múltiplas opressões” e “não estabelece uma hierarquia ou somatória de opressões” (p. 18). Assis (2019) descreve que o conceito de interseccionalidade é apresentado por sua fundadora Kimberlé Crenshaw como:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177 apud ASSIS, 2019, p. 20).

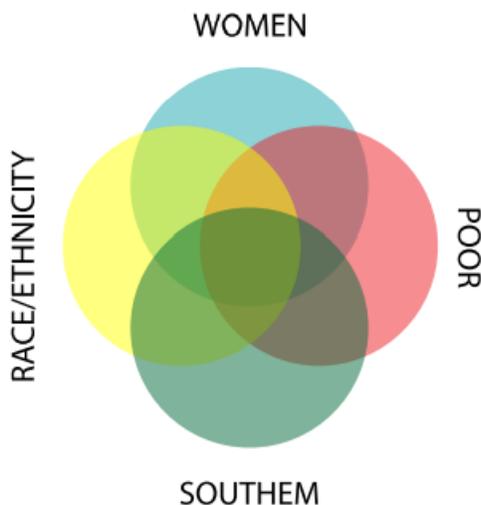
Neste sentido, assumimos em nossa pesquisa o conceito de interseccionalidade cujas discussões contribuem para analisarmos o racismo a partir das intersecções atravessados por marcadores sociais da diferença. Assim, não basta identificar o racismo e a discriminação de raça, é preciso identificar na análise, os pontos de intersecção que originam múltiplas exclusões. Portanto, para pensar os preconceito e discriminações raciais na educação básica entre outras tantas outras exclusões se faz necessário estar atentos para a interação e os cruzamentos entre os marcadores sociais da diferença, para que, de fato, possa se construir estratégias para o enfrentamento do racismo na escola. Esse olhar perpassa principalmente as diferenças de gênero e raça, cujos paradigmas viabiliza outras discriminações.

Para além do gênero e da raça, Assis (2018, p. 22) salienta a importância da discussão de outros marcadores sociais e destaca particularmente a necessidade de se refletir sobre a sobreposição das diferentes categorias e de suas implicações, produzindo outros eixos de subordinação. A partir da analogia utilizada por Crenshaw, a autora apresenta a metáfora de diversas ruas que se entrecruzam para destacar que nesta encruzilhada muitos eixos se entrelaçam e produzem sentidos. Tais entrelaçamentos podem contribuir para compreender de forma mais ampla a interseccionalidade das opressões raciais e de gênero, conforme mostram as figuras 1 e 2, a seguir.



**Figura 1** – A interseccionalidade na discriminação de gênero e racial – K. Crenshaw

Fonte: Assis (2018)



**Figura 2** – Sobreposição nas categorias de discriminação – K. Crenshaw

Fonte: Assis (2018)

Women = Mulheres; Poor = Pobres; Southern = Sulistas; Race/Ethnicity = Raça/Etnicidade

As imagens apontam graficamente o modo como ocorrem os cruzamentos e as intersecções entre os marcadores sociais da diferença e os múltiplos eixos para os quais os pesquisadores devem dirigir suas atenções no desenvolvimento de pesquisas que contemplem as questões que envolvem o racismo.

Neste sentido, a ideia de interseccionalidade surge como potencial analítico, cujas

observações podem contribuir para desconstruir estereótipos e preconceitos em relação ao corpo negro, narrado muitas vezes como diferente. Além disso, pode permitir ampliar as discussões em torno da ERER, a partir da articulação entre os conceitos de representação, identidade, diferença e interseccionalidade e o campo teórico dos Estudos Culturais

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações apresentadas neste artigo é possível reconhecer-se a pertinência da articulação dos conceitos de identidade, diferença e interseccionalidade para subsidiar as discussões em torno da Educação das Relações Raciais, uma vez que tais conceitos teóricos possibilitam promover uma análise mais ampla do racismo e da construção das identidades, particularmente das mulheres negras.

No contexto da ERER, a lógica da interseccionalidade permitiu desenvolver um olhar atento para o cruzamento de marcadores sociais que evidenciam eixos que se encontram e podem produzir opressões e desigualdades sociais na vida de sujeitos oprimidos pelo seu pertencimento de classe, raça e gênero entre outros. Tais aspectos destacam ainda, o compromisso de uma ERER pautada em processos de transformação social, a partir da construção conceitual-analítica que gira em torno de identidades silenciadas, buscando visibilizar relações de poder e questionar a branquitude racista e sexista nas vidas das mulheres negras.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; SANTOS, Luís Henrique Sachhi; RIPOLL, Daniela. Apontamentos sobre os Estudos Culturais no Brasil. **Educação & Realidade**. v 44, n 4, 2019. Doi <https://doi.org/10.1590/2175-623689212>

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista Negro**. Estados Unidos boitempo 2019.

BORGES, Juliana Moreira. Interseccionalidade: Relações étnico-raciais sob a perspectiva de famílias Monoparentais femininas negras. In: Anpuh-Brasil. **31º Congresso Nacional de História**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1617630991\\_ARQUIVO\\_f43970c73f0d6fcb8f73c3e47b7f9671.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1617630991_ARQUIVO_f43970c73f0d6fcb8f73c3e47b7f9671.pdf) Acesso em 11 de mai de 2022.

HALL, Stuart. Cap. II. **O Espetáculo do Outro**. IN: HALL, Stuart. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. Apicuri, 2016, p. 139-219.

hooks, bell. **Olhares Negros: Raça e Representação**. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. 15ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 7- 72.

CRENSHAW, Kimberle W. **A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. In:VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem. 2004.

ZUBARAN, Maria Angélica; WORTMANN, Maria Lúcia; KIRCHOF, Edgar Roberto. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades. **Projeto História**, São Paulo, n. 56, pp. 9-38, Mai-ago., 2016.